



CARTA A COMUNIDADE NEGRA

Companheiros, companheiras

Na escola da vida e da militância política, aprendi muito cedo conhecer e combater as farsas utilizadas na sociedade brasileira para manter nosso povo dominado e descrente de sua força.

Com efeito, ao invés de encarar os problemas sociais com coragem e determinação política, nossos governantes, ao longo dos séculos, acostumaram-se a usar mentira e demagogia na tentativa de anestesiar as lutas populares e manter intocada a fome de lucro dos poderosos. Não é preciso dizer que este tipo de prática só agrava a condição de vida dos trabalhadores: a história já provou isso.

Neste sentido quero reafirmar aqui um compromisso histórico da minha luta; o compromisso de trabalhar com a verdade na questão do racismo no Brasil; de reconhecer abertamente a existência da brutal discriminação racial que vitima a grande maioria do nosso povo e, sobretudo, o compromisso de não poupar esforços para liquidar esta prática da nossa sociedade. Digo reafirmar, pois não tem sido outro o nosso comportamento no trato desta questão. Foi assim, por exemplo, na Assembléia Nacional Constituinte, quando integrei a Sub-Comissão de Negros, População Indígena; pessoas Deficientes e Minorias que nos possibilitaram debater com estudiosos e Lideranças Negras a complexidade da questão racial no Brasil e me estimulou ainda mais a lutar para que a nova Constituição contemplasse as reivindicações mais sentidas

do Movimento Negro.

Companheiro(a), dirijo-me à população negra, nesta corrente de luta por um Brasil melhor, consciente de que falo a um povo que ao longo dos cinco séculos da história deste país, tem sua vida marcada pela opressão e pela injustiça; mas que tem também como marca registrada uma singular tradição de resistência e de luta. De Zumbi dos Palmares, aos nossos dias, o negro brasileiro é um exemplo vivo de amor à vida, à justiça e à liberdade.

É com base nesta tradição de luta do povo negro aliada às lutas dos demais segmentos marginalizados que poderemos criar uma sociedade diferente; uma sociedade nova, justa e fraterna, onde as pessoas não sejam valorizadas em função da sua cor ou de sua raça. Este é o nosso compromisso: o compromisso de lutar por um Brasil onde as potencialidades humanas possam ser plenamente desenvolvidas sem quaisquer tipos de discriminação.

Penso, para finalizar, que nossa tarefa é uma só: levar a cabo o projeto de Zumbi dos Palmares e erguer com nossas próprias mãos uma sociedade democrática, justa, sem racismo e onde a diferença não seja sinônimo de inferioridade.

PROGRAMA DE GOVERNO



POLÍTICAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO NEGRA

A eclosão do movimento negro nos anos 80 representa um significativo avanço no debate e no trato da questão racial. Porém não foi capaz de imprimir mudanças qualitativas nas desigualdades raciais que cortam a sociedade brasileira de cima a baixo e nem de dotar as organizações independentes dos trabalhadores de um novo enfoque da dimensão, complexidade e implicações da questão racial na construção de um projeto alternativo para o conjunto dos trabalhadores.

No país, a população negra soma 45% da população total, sendo 77% da população da região Norte; 73% da população do Nordeste; 50% dos residentes na região Centro-Oeste; 35% dos que moram no Sudeste e 15% da região Sul, além do que, 40,2% da força de trabalho do país é composta de negros (IBGE-1980).

Ainda, segundo o IBGE, os negros são cerca de 60% dos que ganham até meio salário mínimo e 10% dos que ganham mais de 10 salários mínimos, ao passo que para os brancos estes números mudam para 40 e 86%, respectivamente.

Quanto à escolaridade, afirma o IBGE (1980) que cerca de 40% dos negros têm menos de 1 ano de estudo e somente 6%



ultrapassa o 1º Grau, sendo que entre os brancos estes números mudam para 20 e 16% respectivamente.

Estes registros comprovam desigualdades raciais na distribuição de renda, na jornada de trabalho, nas taxas de emprego e desemprego, nas condições de trabalho e de vida, bem como são fartos os números que revelam discriminação racial no sistema educacional, nas taxas de alfabetização e de evasão escolar, nas condições de moradia e saúde, na coisificação e esterilização da mulher negra, na violência policial que diariamente assassina dezenas de negros, na folclorização e comercialização da cultura negra, etc. E, sobre a participação política dos negros, basta uma olhada na composição étnica do Congresso Nacional para constatar a exclusão da população negra dos centros de decisão.

Ou seja, a grande maioria dos negros está exposta aos mesmos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos subordinados. Mas além disso, os negros sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm da sua condição racial étnica.

O mito do paraíso racial foi criado para ocultar o seu oposto, qual seja um país que desenvolveu uma forma particular de dominação racial que, no limite, faz com que brancos discriminem negros sem reconhecer que o fazem, e, com isso, tornam o racismo "invisível" aos negros. Neste embalo lá se vão cinco séculos de Brasil, nos quais o poder tem sexo masculino e é branco e nos quais o lugar do negro tem sido o mesmo: no escravismo, a força motora da acumulação capitalista européia e do desenvolvimento nacional e, na República, ocupando os piores setores da economia e vivendo em condições sub-humanas.

Prá mudar a cara deste país é preciso um ataque frontal a estas diferenças.

Não podemos conceber o racismo como herança da escravidão ou anomalia do sistema capitalista.

Nas sociedades pluri-étnicas a dominação racial é condição básica para a dominação de classe. No Brasil, o racismo tem causas históricas, econômicas, sociais e ideológicas, que foram recriadas e reelaboradas pelo capitalismo e continuam atuantes em nossos dias, determinando as condições de vida de negros e brancos. De fato, se no escravismo o racismo servia para justificar a mercadorização dos negros, no capitalismo, este adquire novas formas e novo conteúdo sem perder sua função de agente de exploração econômica, de dominação política e controle social.

Servindo para justificar as péssimas condições de vida em que vive a maioria esmagadora da população negra.

Diante deste quadro, é sintomático que os diferentes governos do Brasil República tenham silenciado sobre a questão, tentando legitimar o mito do paraíso racial ao mesmo tempo em que investiram pesadamente na manutenção do preconceito e na discriminação racial. Merece destaque, para ilustrar, a escandalosa campanha discriminatória contra negros e judeus promovida pelo Getulismo, bem como a exclusão do item cor do censo de 1970, ano tristemente famoso da ditadura militar.

Rompendo aparentemente com esta postura, o Governo Sarney, inspirado em iniciativas anteriores do Governo Paulista de Franco Montoro, adotou uma nova tática que consiste na criação de pequenos espaços no aparelho de estado dirigidos por militantes do Movimento Negro que teriam o papel de assegurar a participação política e a ascensão social dos negros.

Obviamente que a peneira não tapou o sol, tanto em razão das limitações de atuação e de recursos impostas a tais órgãos, quanto pelas orientações conservadoras emanadas pelos governos centrais.

Se pretendemos transformações é preciso educar negros e brancos sobre o caráter e as conseqüências do racismo, bem como é fundamental que tenhamos propostas concretas de combate às práticas discriminatórias latentes, manifestas ou brutais, o que implica conter o racismo nas suas dimensões política, econômica, social, cultural e ideológica.

É certo que o destino da população negra está vinculado ao destino dos grupos e

classes sociais subordinadas, que por sua vez estão associados à transformação política e estrutural da sociedade brasileira. No entanto se reconhecemos que há desigualdades entre os trabalhadores, é preciso que tenhamos políticas especiais que combatam tais desigualdades, tendo como alvo aquele segmento que está em desvantagem, ou seja, a população negra.

Feitas estas considerações, relacionamos alguns dos princípios que nortearão a elaboração de políticas sociais para a população negra no Plano Alternativo de Governo da Candidatura Lula da Frente Brasil Popular:

- 1) o respeito à autonomia do movimento negro;
- 2) o apoio à organização autônoma da população negra, à sua cultura e às suas lutas;
- 3) o apoio às lutas dos povos oprimidos da África, dos negros da diáspora e o repúdio aos países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação;
- 4) a definição de políticas especiais dirigidas à população negra que acionem mecanismos de mobilidade social visando a promoção diferencial deste segmento, por exemplo:
 - a) criar programas especiais de formação de mão-de-obra que privilegiem as periferias dos centros urbanos e setor rural; assegurar através de leis e fiscalização o combate ao racismo no trabalho;
 - b) criar programas especiais de alfabetização de jovens e adultos em especial nas periferias e setor rural; ampliar e melhorar a rede de ensino na cidade e no campo e assegurar que a elaboração dos currículos escolares contemple e respeite as diferentes etnias que conformam a população brasileira;
 - c) assegurar através de leis e fiscalização rigorosa, o combate a veiculação de preconceito de qualquer tipo por intermédio dos meios de comunicação social;



- d) preservar, zelar e fomentar a produção cultural e o patrimônio artístico e histórico da participação do negro na sociedade brasileira;
- e) criar um programa especial de combate ao racismo, desenvolvendo campanhas educativas permanentes;
- f) criar, no âmbito de cada Ministério, grupos de trabalho com o objetivo de diagnosticar, propor e subsidiar medidas governamentais de combate ao racismo. Entes órgãos deverão atuar sob a coordenação de uma Secretaria Especial vinculada à Presidência da República;
- g) democratizar, reequipar e reorientar a atuação da Fundação Cultural Palmares, colocando-a a serviço do fomento e da produção cultural de origem africana.

É oportuno assinalar que defendemos a adoção de políticas especiais e específicas, com base nas seguintes constatações:

- a flagrante desigualdade de oportunidade, com o conseqüente imobilismo social da população negra comparada aos brancos, decorre do fato de que ambos os segmentos partiram de pontos diferentes nas suas trajetórias sociais, e ainda pelo fato de que nestes cem anos a população negra tem sido sistematicamente submetida a mecanismos de imobilidade social que vão da falta de acesso e/ou evasão da escola, dos salários inferiores etc., ao golpeamento da sua identidade étnica, sendo que tais fatores, no conjunto, impedem-na de apresentar qualquer tipo de ascensão.
- a adoção de políticas especiais, ressalte-se, significa que o governo irá localizar e identificar aqueles obstáculos colocados em especial à mobilidade da população negra, combatendo-os através de medidas concretas.

Certamente, proporemos leis que coibam a discriminação racial no trabalho, fiscalizando rigorosamente as empresas para que estas não discriminem. É preciso assegurar o acesso e garantir a boa qualidade e com a qual estabeleça um mínimo de identidade e assim por diante. Não há dúvida quanto ao fato de que medidas como estas beneficiam negros e brancos, porém o seu impacto será maior, sem enganos, sobre os negros.

No entanto se não combatemos o racismo presente no currículo escolar e no comportamento do professor; se não combatemos a discriminação racial no trabalho através de leis, de fiscalização e contando com o engajamento do movimento sindical; se não eliminamos os tristemente famosos programas de esterilização da mulher; se não combatemos o preconceito diariamente veiculado pelos meios de comunicação; enfim, se não embutimos nas políticas globais, políticas específicas de combate aos efeitos do racismo aliadas a políticas de combate as causas do racismo, estaremos fadados a apostar no continuismo das desigualdades verificadas no presente.

A isto chamamos de políticas especiais de combate ao racismo em todas as suas dimensões.

Para finalizar, relacionamos algumas propostas referentes à questão internacional:

- 1) reorientação das prioridades do Ministério das Relações Exteriores no que diz respeito às relações com o continente africano;
- 2) reconhecimento do ANC como legítimo representante do povo sul-africano;
- 3) rompimento de relações em todos os níveis com o regime do apartheid;
- 4) reconhecimento da SWAPO, como legítima representante do povo da Namíbia.